CAÇANDO CULPADOS!

A ideologia do poder na releitura deuteronomista dos livros dos Reis

Vicente Artuso

1. Introdução aos Livros dos Reis

Os livros dos Reis narram a história dos reis de Israel e Judá desde a morte de Davi (972 aC) até o exílio da Babilônia (587 aC). A história de sua composição é complexa. Uma parte foi compilada no tempo da reforma de Josias em 621, recebendo acréscimos na sua redação final na época do exílio, por volta de 561[1]. Do ponto de vista da história da redação, embora a obra revele "uma sólida compacidade, devida a uma clara unidade de propósito e de redação", percebe-se também seu "caráter compilatório, na freqüente desconexão de trechos narrativos, reunidos artificialmente e inseridos da melhor forma possível, muitas vezes com arestas, na moldura histórico-teológica do livro"[2].

Verdade é que o autor se serviu de fontes antiqüíssimas como "o livro dos atos de Salomão" (1Rs 11,41), o livro dos "anais dos reis de Israel" (1Rs 14,19) e os "anais dos reis de Judá" (1Rs 14,29). A essas obras dos arquivos reais ele remete os leitores desejosos de maiores informações.

Mesmo que os livros dos Reis sejam ricos de informações históricas, os estudiosos não os consideram como livros históricos. De preferência são definidos como "uma reflexão teológica sobre um período da história de Israel em que esse povo era governado por reis"[3]. O autor faz uma avaliação dos reinados, mostrando que, durante o período da monarquia, uma série de infidelidades ao culto do verdadeiro Deus e às prerrogativas de seu Templo levaram à perda dos dois reinos, apesar dos esforços dos profetas e alguns reis de conduzir o povo no projeto de Javé. Na angústia e dor do exílio, o povo procura fazer uma revisão de sua história, tentando responder: Por que tudo isto está acontecendo conosco? Por que estamos sendo castigados? Onde erramos? O autor dos livros dos Reis tenta responder a estas perguntas reescrevendo a história da monarquia e fazendo uma avaliação dos reinos numa ótica profética, denunciando as infidelidades à Aliança, causa de todos esses males[4].

1. Cf. EISSFELDT, Otto. *Introduzione al'Antico Testamento*, vol. II. Brescia: ed. Paideia, 1980, p. 277.

2. BALLARINI, Teodorico. *Introdução à Bíblia, II/2: Josué, Juízes, Samuel e Reis*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, p. 148.

3. TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia). São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p. 493.

4. Cf. CRB. *A leitura profética da história*. Coleção Tua Palavra é Vida, vol. 3. São Paulo: Ed. Loyola, p. 36.

Esta interpretação do exílio à luz do Deuteronômio é aparentemente simples, baseada num princípio religioso: "Isto aconteceu porque os filhos de Israel tinham pecado contra Javé seu Deus que os tirara da terra do Egito" (2Rs 17,7; cf. Jr 52,3; 2Rs 23,26). Porém a história dos reis é bem mais complexa do que a forma como vem apresentada. Na avaliação dos reinados percebe-se um fundo ideológico em defesa de grupos privilegiados que, retornando do exílio, desejam retomar as rédeas do poder prescindindo da participação popular, em parte grupos de levitas, há muito tempo vindos do reino do Norte, que não aderiram ao culto centralizado em Jerusalém. A ótica do autor deuteronomista do Sul é judaíta. Para os reis de Israel, a condenação geral: "ele fez aquilo que é mau aos olhos de Javé", é sempre precisada pela censura de apego ao pecado de Jeroboão (cf. 1Rs 15,26-34), enquanto somente os reis de Judá, especialmente Davi, são apresentados como exemplos positivos. Isto revela que, nas últimas fases da redação, durante o exílio, o interesse político do autor era em vista da volta da monarquia ao poder, provinda do tronco davídico. Eis o motivo por que os reis do reino de Israel são julgados mais severamente que os reis do reino de Judá, e Jeroboão vem sempre citado como exemplo negativo, justamente por haver provocado o cisma político. Veremos esta questão analisando a gestão dos reis e comparando os julgamentos dentro da moldura deuteronomista.

2. Moldura deuteronomista

As biografias dos reis são encaixadas numa moldura uniforme com poucas variações. Desde a morte de Davi, de Salomão e de Jeroboão, lemos algumas frases semelhantes sobre a duração do reino, a sepultura do rei e o nome do sucessor (cf. 1Rs 2,10-12; 11,41-43; 14,19-20). O molde se torna mais evidente a partir de Roboão (cf. 1Rs 14,21-22.29-31).

Teodorico Ballarini propõe o seguinte esquema desta moldura ou clichê:

a) *Introdução:* sincronismo de um rei com o contemporâneo do outro reino, anos de reinado e, para os reis de Judá, idade da subida ao trono e, muitas vezes, também o nome da mãe.

b) *Corpo:* juízo sumário sobre o rei, quase exclusivamente com base em sua atitude religiosa, sobretudo em face do culto mosaico, com referência constante a dois modelos: Jeroboão I para Israel (exemplo negativo), e Davi para Judá (exemplo positivo); breves alusões a alguns fatos mais destacados.

c) *Epílogo:* citação das fontes a que se remete para maiores detalhes; alusão à morte do rei e a seu sepultamento, além do nome do sucessor[5].

Manifestamente os reis são avaliados segundo a norma do Deuteronômio, que é a aliança entre Javé e os israelitas (Dt 4,35-40). Por isso os livros dos Reis fazem

5. BALLARINI, Teodorico. *Introdução à Bíblia*, II/2, p. 148.

parte da assim chamada obra historiográfica deuteronomista (Js, Jz, 1 e 2Sm, 1 e 2Rs). "Os artigos fundamentais desta Lei são: um só Deus, um só templo; isto é, a rejeição de todas as formas de paganismo ambiente e a centralização do culto num santuário único" (Roland De Vaux). O Deuteronômio, de fato, reprova com intransigência todas as espécies de idolatria. É ele que enuncia a lei da unicidade do santuário, exige a destruição de todos os outros lugares de culto, funda o monopólio do Templo e do sacerdócio de Jerusalém (Dt 12). Não somente as idéias, mas o estilo e as expressões favoritas do Dt se encontram nos livros dos Reis (comparar 1Rs 14,21-24 com Dt 12,2.3.5.29.31). A "Lei de Moisés" não pode ser senão o Deuteronômio (1Rs 2,3; 2Rs 14,6 citando Dt 24,16). É essa lei que Josias descobre no Templo e aplica na sua reforma. Por este motivo, o fato é objeto de uma narração pormenorizada (2Rs 22–23)[6]. Josias (640-609 aC), com efeito, foi o grande responsável pela reforma deuteronomista em 621. E, a partir desta cópia da lei encontrada no Templo, ele retoma a reforma religiosa. Ela fora iniciada por Ezequias (728-699 aC) mas interrompida; agora, é reiniciada com redobrada energia, centralizando o culto em Jerusalém.

3. Avaliação dos reis de Israel e Judá

A partir do cisma, provocado pela rebelião das tribos de Israel contra Roboão (1Rs 12), o que chama a atenção é o fato de os reis de Israel serem condenados em bloco, por terem imitado o pecado de Jeroboão (1Rs 14,7; 15,16; 16,26; 2Rs 15,9.18.24.28). Na condenação geral, o autor destaca como os pecados foram se sucedendo num contínuo crescendo. O pecado de Jeroboão consistiu na cisão do reino e no culto oficial nos dois santuários de Betel e Dã, que passa a ser comum aos soberanos do Norte (1Rs 15,26.29.30.34). A dinastia de Baasa acrescentou a idolatria (1Rs 16,13; cf. 21,22), mais grave do que o sincretismo religioso. A dinastia de Amri chegou até o culto oficial do Baal fenício (1Rs 16,25.30-33)[7]. Os reis de Judá, julgados em relação a Davi, são divididos em três categorias: maus, por causa do culto idolátrico permitido ou praticado (Abias, 1Rs 15,3.6; Acaz, 2Rs 16,2-4; Manassés, 2Rs 21,2-9; Joacaz, 2Rs 22,32); bons, por terem extirpado a idolatria, embora tenham deixado continuar o culto nos lugares altos (Asa, 1Rs 15,11-15; Josafá, 1Rs 22,43-47; Joás, 2Rs 12,2b-3; Amasias, 2Rs 14,14; Azarias, 2Rs 15,3-4; Joatão, 2Rs 15,34-35); ótimos, por terem combatido a idolatria e o culto nos lugares altos: Ezequias (2Rs 18,3-8) e Josias (2Rs 22,2; 23,25).

Nota-se, nesta avaliação, que Jeroboão e os reis de Israel são majoritariamente citados como exemplos negativos. A avaliação do reinado de Salomão também foi negativa: "Salomão fez o mal aos olhos do Senhor e não lhe foi fiel plenamente como seu pai Davi" (2Rs 11,6). No entanto, há apenas uma referência a ele como exemplo negativo, no final do reinado de Roboão (1Rs 14,23). Ao contrário, o autor do livro

6. Cf. ROBERT-FEUILLET. *Introdução à Bíblia: Antigo Testamento*, I. São Paulo: ed. Herder, 1967, p. 436.

7. Cf. BALLARINI, Teodorico. *Introdução à Bíblia*, II/2, p. 149.

dos Reis faz dezenove vezes alusão ao "pecado", ou "caminho pelo qual Jeroboão arrastou o seu povo"[8]. Foi Jeroboão quem liderou o cisma após a morte de Salomão em 931 aC, com o apoio inicial do profeta Aías de Silo. Estabeleceu dois santuários nas fronteiras do reino: um em Betel, ao sul, e outro em Dã, no extremo norte. Com isso visava impedir o povo de ir prestar culto em Jerusalém, pois a unicidade do culto em um só lugar, pregada pelo deuteronomista, significava unificar as tribos novamente, voltando ao reino unido. O cisma foi propriamente político, causado pela revolta popular contra os impostos e trabalhos forçados vigentes desde o tempo de Salomão. Pode-se interpretar a recorrente citação de Jeroboão como exemplo negativo, como mágoa do redator, pelo fato de as tribos se separarem. Assim, os elogios aos reis do reino do Sul, os já citados Asa, Josafá, Joás, Amasias, Azarias e Joatão, são feitos com ressalvas: "Fizeram o que é agradável e reto aos olhos de Javé", mas sem conseguir eliminar o culto nos lugares altos (cf. 1Rs 15,11-12; 22,43-44; 2Rs 12,3). A questão para o deuteronomista parece ser somente acabar com a idolatria, que era uma preocupação real diante do perigo de sincretismo religioso. Na verdade, deve-se considerar como conseqüência a dificuldade desses reis de reunificar o reino político-religioso, em torno de Jerusalém. Diferente foi o caso de Ezequias, que recebe elogios plenos, porque empreendeu uma reforma religiosa, que incidiu fortemente na política de fortalecimento do reino em torno de um santuário central, libertando-se do domínio assírio, que impunha sua religião como ideologia. Josias retoma esta reforma religiosa de Ezequias, destruindo o culto nos lugares altos e outros santuários espalhados pelo reino; obtendo também a independência política dos assírios (2Rs 22). Por isso recebe amplos elogios do autor. Banir o culto sincretista significava uma ameaça para os dominadores assírios, que impunham pesados tributos. Por outro lado, o fato de banir também o culto a Javé em outros santuários significava fortalecer o poder central e reunificar o povo, numa monarquia unida como nos tempos de Davi e Salomão. A unidade religiosa sempre foi salvaguarda de uma unidade também política. Isso agradava o povo, especialmente do reino do Sul. O elogio ao rei Josias, por este motivo, foi pleno: "Não houve antes dele rei algum que se tivesse voltado, como ele, para Javé de todo o coração, de toda a sua alma, com toda a sua força, e em toda a fidelidade à lei de Moisés" (2Rs 23,25).

Outros reis de Judá tiveram uma avaliação negativa, e nesta avaliação são citados, como exemplo negativo, os reis de Israel e não alguns reis de Judá que mereceriam juízo mais severo. Jorão, rei de Judá (2Rs 8,18), é criticado porque fez o mal e imitou o comportamento dos reis de Israel, pelo simples fato de se ter casado com Atalia, da casa de Amri, do reino de Israel! Ocozias (2Rs 8,27) também fez o mal aos olhos do Senhor, mas a exemplo de Acab, rei de Israel! Acaz (2Rs 16,2) "não fez o que é agradável aos olhos do Senhor como fez Davi (de Judá, exemplo positivo), mas imitou a conduta dos reis de Israel (exemplo negativo)! Manassés (2Rs 21,2), o pior dos reis de Judá, fez o mal... fabricou o poste sagrado, como fez Acab, rei de

8. TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia), p. 522, nota r sobre 1Rs 12,30.

Israel! Nestes textos vê-se o profundo ressentimento do deuteronomista contra o reino do Norte. Os reis de Israel são os pecadores que dão mau exemplo, enquanto o exemplo positivo, o modelo a seguir, é Davi, do reino do Sul! Aí está patente a teologia davídica, cuja promessa jamais seria cancelada (2Sm 7; Sl 2; 89; 132). Mesmo com os pecados dos reis de Judá, a lâmpada, isto é, a dinastia de Davi, não irá desaparecer (cf. 1Rs 15,4; 11,36; 2Rs 8,19; 2Sm 21,17).

Vejamos a avaliação dos reis de Israel. A partir do cisma, todos os reis do Norte são avaliados negativamente a exemplo de Jeroboão, com exceção de Selum, que reinou um mês e não teve avaliação (2Rs 15,13) e Oséias, o último rei, do qual se diz ter feito o mal mas não como os reis de Israel seus predecessores (2Rs 17,1-2). Os outros, Nadab (1Rs 15,25-32), Baasa (1Rs 15,33–16,6), Zambri (1Rs 16,15-20), Amri (1Rs 16,21-28), Acab (1Rs 16,29–22,40), Ocozias (1Rs 22,52-54; 2Rs 1,1-18), Jorão (2Rs 3,1-27), Jeú (2Rs 9–10), Joacaz (2Rs 13,1-9), Joás (2Rs 13,10-25), Jeroboão II (2Rs 14,23-29), Zacarias (2Rs 15,8-12), Manaém (2Rs 13,1-9), Facéias (2Rs 15,23-26), Facéia (2Rs 15,27-31), fizeram o mal aos olhos do Senhor, seguindo Jeroboão. Zambri reinou em Israel apenas sete dias e recebeu avaliação negativa: "Fez o mal aos olhos do Senhor como fez Jeroboão" (1Rs 16,9).

Amri e Acab foram campeões em fazer o mal. Amri "fez o mal aos olhos do Senhor, superando nisso todos os seus antecessores" (1Rs 16,25), certamente por causa da política de alianças com os povos vizinhos. Acab, filho de Amri, "fez o mal aos olhos do Senhor mais que todos os seus antecessores" (1Rs 16,30). Naturalmente, se Acab foi pior que Jeroboão, seria Acab de ora em diante quem deveria ser citado como exemplo negativo e não mais Jeroboão. Jorão "fez o mal, não como seu pai e sua mãe, pois derrubou a estela de Baal que seu pai (Acab) tinha feito". Depois acrescenta o juízo: "Mas continuou apegado aos pecados de Jeroboão" (2Rs 3,1-3). O rei Jeú recebe um leve elogio por ter exterminado o culto oficial a Baal, com o apoio dos profetas Elias e Eliseu. Se Jeroboão incentivou a idolatria, como o autor relata, e Jeú conseguiu exterminar, como explicar o juízo sobre Jeú, que não se afastou dos pecados que Jeroboão fizera Israel cometer (2Rs 10,28-31)? Essas contradições mostram que a condenação de Jeroboão foi pelo fato de afastar Israel do templo de Jerusalém e não por causa da idolatria[9]. Se apenas a idolatria fosse o motivo, o julgamento seria rigoroso igualmente para os dois reinos, sem mitigações, pois tanto Judá como Israel caíram na idolatria por ocasião das alianças com as grandes potências que acabavam por impor o seu culto e seus deuses.

4. Atualização: Refletir de olho em nossa história

A história dos reis foi escrita em vista de uma leitura profética dos fatos, denunciando os reis que foram infiéis à aliança, provocando o cisma entre as tribos e o exílio. Também esta história foi escrita para ajudar o povo a aprender com a própria

9. Cf. PIXLEY, Jorge. *História de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990, p. 49.

caminhada de avanços e fracassos, descobrindo por trás dos fatos o projeto do Senhor, que é a libertação de toda forma de opressão. A libertação deve acontecer como um sinal de adesão à aliança com o Senhor, que outrora libertou o povo da escravidão do Egito (cf. Ex 20,1-2). A libertação na história vai acontecendo, quer como libertação do poder político quer do poder religioso, quando este se torna ideologia justificadora de práticas excludentes e opressoras, uma realidade dentro da própria história do povo eleito. Será a fidelidade de um pequeno "resto", o servo eleito chamado para o serviço da justiça (cf. Is 42,1-6), que irá novamente reiniciar a história e fazer o êxodo acontecer, a exemplo de Noé que reinicia a história com sua família (Gn 6,9-12; 7,1), de Abraão que sai de sua terra (Gn 12,1-2), de Moisés que lidera um grupo (Ex 3 e 6). Na história da monarquia, os profetas apareceram como defensores da aliança e da vida do povo contra a prepotência dos reis. Eles, representando um pequeno grupo fiel, anunciavam que o Senhor Javé, o Deus do povo, não existia para legitimar o poder do rei, mas o poder existia para servir à aliança e ao "projeto de Deus" (cf. Dt 17,14-20; 1Sm 8,1-22), em meio a uma história turbulenta, de disputas, infidelidades e abandono da aliança[10]. Os fatos negativos, que revelam o lado sombrio da história, como diz o apóstolo Paulo, "aconteceram para servir de exemplo e foram escritos para nossa instrução" (1Cor 10,11), para que não voltem a acontecer novamente. Como o povo aprendeu a lição do exílio, meditando a história à luz do presente, assim o povo brasileiro, na reavaliação da própria história política, deverá aprender a lição para refazer a história, começando com um pequeno grupo de oposição profética em meio aos desmandos e à corrupção dos que estão no poder.

Para um grupo da elite, que se julga dona dos fatos, a reação dos oprimidos aos opressores aparece como ato de barbárie. São eles sempre que "fazem o mal aos olhos do Senhor". São violentos, assaltam, roubam, ocupam terras, promovem saques... No caso dos desempregados, sua situação é motivada porque não se esforçam, porque não estudaram, ou porque são incapazes e atrapalham o sistema. Os que estão no poder fazem uma avaliação dos fatos e um juízo, jogando a culpa quase sempre no grupo mais fraco. Assim dizem: "Se as coisas não caminham, para os pobres excluídos e desempregados, é porque não se comprometem". Não questionam suas atitudes para concluir que principalmente os poderosos são responsáveis por esta situação de exclusão dos pobres. Neste jogo de acusações acabam jogando a culpa nos outros que, de vítimas que são da própria estrutura, acabam se tornando culpados. Não raro, os excluídos são manipulados pela própria religião, que se torna ideologia para que continuem nesta situação de alienação, incapazes de se organizar para mudar.

O povo da época do exílio, quando a história dos reis recebeu seus retoques finais, se julgava culpado. Certamente muitos refletiam em seus corações e assim foram doutrinados: "Fomos exilados, estamos sofrendo sem terra, sem casa, sem comida, porque desobedecemos à aliança do Senhor". Quem desobedeceu ao Senhor?

10. Cf. CRB. *Leitura profética da história*, p. 18-19.

Em que consiste esta desobediência. Não se trata aqui de inocentar o povo ou beatificar os que estão na miséria como se fossem santos. Trata-se de revelar a ideologia que existe por trás das palavras: "Fizemos o mal aos olhos do Senhor". No fato de os oprimidos chamarem toda a culpa para si, "fizemos o mal", os verdadeiros culpados continuam impunes, pois a culpa recai sobre o povo. Na verdade o "excluído tende a interiorizar a exclusão e assumir-se como alguém que 'não conta'. Levado a conseqüências extremas, isso destrói sua personalidade num constante conflito"[11]. É o que os poderosos, os verdadeiros culpados, tentam fazer. Em nossos dias "quase sempre este fatalismo está referido ao poder do destino ou a uma distorcida visão de Deus. Dentro do mundo mágico ou mítico em que se encontra, a consciência oprimida, sobretudo a camponesa, quase imersa na natureza, encontra no sofrimento, produto da exploração em que está, a vontade de Deus, como se Deus fosse o autor desta desordem organizada"[12]. Até mesmo este sofrimento pode ser aceito como elemento purificador para uns; para outros é visto como castigo de Deus, pois simplesmente assim foram convencidos: "Fizemos o mal aos olhos do Senhor". Com efeito, não é difícil hoje encontrar manifestações religiosas que acusam os desempregados "por causa do seu afastamento de Deus". E que a solução é "a adesão a Jesus", que tudo resolve.

Este triste quadro vem acentuado com o sistema neoliberal, fruto de um consenso vindo de fora, que avança criando multidões de excluídos. Esse é o monstro "leviatã, serpente escorregadia que habita o mar" (Is 27,1), ou para usar uma expressão do Apocalipse que se aplica à situação atual do Brasil em relação à política neoliberal: "... uma besta que subia do mar" e "o dragão aos poucos lhe entregou seu poder, seu trono, e uma grande autoridade" (Ap 13,1-2).

Com efeito, o sistema neoliberal, com sua teoria do estado mínimo, levada a efeito com a privatização das estatais, acaba por diminuir sempre mais a responsabilidade do Estado, na sua função de promover a vida social mais justa e humana. A grande massa de excluídos do trabalho, de uma situação de vítimas acabam sendo tachados de culpados por não preencherem as exigências de qualidade e eficiência que o mercado de trabalho impõe. Mais uma vez: "Quem fez o mal aos olhos do Senhor"? O grande pecado, "original", astutamente tem a origem no grupo dominante. A eles interessa que "o irmão já não é guarda do seu irmão, mas um concorrente na disputa por um lugar ao Sol, a qualquer custo". Se não conseguir, a culpa será apenas do fulano que não soube se qualificar. Na exigência da qualidade total, "as pessoas são descartáveis", como as coisas que se usam.

A história é a mestra da vida, que nos ensina a avaliar a caminhada. Os princípios da aliança estão aí. É na luz do projeto de Deus, da aliança baseada num profundo senso de justiça, bondade, solidariedade, que se deve avaliar a caminhada e planejar

11. CNBB. Texto Base da Campanha da Fraternidade: *A Fraternidade e os Excluídos*. São Paulo: Ed. Dom Bosco, 1995, p. 136.

12. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, 1980, p. 49.

para viver este projeto solidário com os mais pobres e excluídos da sociedade, em defesa de uma vida mais plena. E trabalhar para que os desempregados não tenham que carregar a pecha de serem culpados da sua situação. Isso seria mais um fardo à pesada e dolorosa situação das pessoas que se encontram sem trabalho hoje. A Palavra que é vida (cf. Jo 1,4) e a defesa da vida, da cidadania, faça de nós todos, homens e mulheres de boa vontade, luzeiros a reunir e guiar os que estão sem trabalho, sem rumo, sem os meios de sobrevivência, para um novo êxodo.

Fontes Bibliográficas

1. BALLARINI, Teodorico. *Introdução à Bíblia, II/2: Josué, Juízes, Samuel e Reis*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.
2. EISSFELDT, Otto. *Introduzione all'Antico Testamento*, vol. II. Brescia: Ed. Paideia, 1980.
3. ROBERT – FEUILLET. *Introdução à Bíblia: Antigo Testamento*, I. São Paulo: Ed. Herder, 1967.
4. VÁRIOS AUTORES. *The Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. 3. Nashville: Ed. Abingdon Press, 1982.
5. VON RAD, Gerhard. *Estudios sobre el Antiguo Testamento*. Salamanca: Ed. Sígueme, 1982.
6. CRB. *A leitura profética da história*. Coleção Tua Palavra é Vida, vol. 3. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
7. PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.
8. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo 1980.
9. CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). *Texto Base: A fraternidade e os Excluídos*. São Paulo: Ed. Dom Bosco, 1995.

Vicente Artuso
Convento Bom Jesus
Rua Teixeira Mendes, 284
Caixa Postal 599
84001-970 Ponta Grossa, PR
Fone: (042) 224-1130